

PROPAGANDO IDEOLOGIA: CIDADANIA E ENSINO DE GEOGRAFIA¹

Weder David de Freitas

Introdução

A institucionalização da ciência geográfica está intimamente ligada ao fortalecimento do Estado-Nação. Primeiro na Alemanha e depois na França. Ela legitimou de forma concreta, tanto a unificação alemã, como o expansionismo colonial francês (GOMES, 2003; MORAES, 1986; MOREIRA, 1994). Essa Geografia das instituições serviu sistematicamente ao Estado em que se encontrava. Exemplo disso foi a difusão do nacionalismo patriótico para a unificação do Estado germânico (VLACH, 1988).

Com a Geografia Crítica, essa participação dos geógrafos no Estado diminuiu consideravelmente, pelo menos em princípio. Não irei aqui me delongar com respeito a história do pensamento geográfico, o interessante para o entendimento do que quero expor é saber que a Geografia acadêmica já nasce como uma importante arma para o Estado. Daí vem a indagação central que proponho discutir: a ciência geográfica hoje ainda tem uma grande participação na consolidação do Estado-Nação? A resposta a essa pergunta não é tal óbvia.

Para entender isso se deve observar alguns elementos. Em primeiro lugar, o conceito de cidadania, que, apesar do que pensam muitos, tem suas particularidades e está incorporado ao atual sistema social que vivemos, e sua inserção para a consolidação e fortalecimento do nacionalismo e do Estado. Também, será útil definir o que entendo por Estado, sem um aprofundamento conceitual rigoroso, mas nem por isso pouco aplicável.

É bom também desde já, definir a concepção que uso para a ideologia. Numa forma simples de definição, assim com na *Ideologia Alemã* de Marx e Engels, entendo a ideologia como uma falsa consciência, uma inversão da realidade (ENGELS; MARX, 2002). É a partir disso que considero propagar o conceito de cidadania assim como se encontra é, mais do que nunca, uma ideologia.

Por fim, penso que será possível entender como a Geografia, e principalmente o ensino de Geografia, tem uma participação fundamental na consolidação, fortalecimento e manutenção do Estado, já que ela é uma promotora da cidadania enquanto prática social dos seus alunos.

A Geografia e o nacionalismo patriótico

Não se pode negar que historicamente, a ciência geográfica serviu como uma luva para os governantes dos vários Estados-Nações. As obras e idéias de vários autores foram utilizadas como arma de dominação e de fortalecimento dentro do próprio Estado e também como conquista a outros. Ratzel, por exemplo, foi aproveitado pelos

¹ Esse artigo tem como base o texto: Elementos para a discussão da cidadania no ensino de Geografia apresentado no VI Encontro de Ensino de Geografia: Fala Professor, realizado no período de 23 a 27 de julho de 2007, na cidade de Uberlândia – MG

governantes alemães como uma forma de unificação do território e La Blache utilizado na França para legitimar o expansionismo colonialista na África².

O Estado sempre se apropriou deste conhecimento em favor de si para fortalecer-se. Assim, como coloca Lacoste (1993), há existência de duas Geografias: uma fundamental, o conhecimento do território, um saber estratégico e político e; uma Geografia dos professores, descritiva, que não se interessa pelas questões políticas. O saber essencial foi utilizado pelos Estados-Nações para proteger e colonizar outros Estados. A Geografia dos professores não foi menos importante para a consolidação dessa ação estratégica. Pois, é através da descrição do território, do engrandecimento dos recursos naturais, etc. que se cria uma identidade e um apego nacionalista. O ensino de Geografia e seus argumentos pesam muito nesse processo, “[...] a idéia nacional tem algo mais que conotações geográficas; ela se formula em grande parte como um fato geográfico: o território nacional, o solo sagrado da pátria, a carta do Estado e suas fronteiras, sua capital, são símbolos da nação” (LACOSTE, 1995, p. 57).

Na Alemanha, por exemplo, a institucionalização da ciência e sua obrigatoriedade no ensino foi bastante importante para a unificação do país. O nacionalismo patriótico, como coloca Vlach (2005), passado pela ciência geográfica está intimamente ligado a uma questão política unificadora.

No caso do ensino de geografia, é preciso lembrar sua gênese, diretamente ligada à formação e consolidação do Estado-Nação e à descrição e mapeamento de cada território nacional, quando se enfatizava a imagem da pátria, para que o cidadão a servisse sobretudo nos campos de batalha. (p. 34)

Esse nacionalismo não foi gratuito, estava por trás uma busca de uma hegemonia. Uma hegemonia burguesa de dominação do Estado-Nação e, por conseguinte uma dominação de classe. “Uma das bases primordiais dessa hegemonia cultural e política da burguesia foi a ideologia nacional, a idéia da unicidade nacional de independência nacional.” (LACOSTE, 1995, p. 48)

Qual o melhor lugar para se propagar essa ideologia que na escola? Depois da revolução francesa e a obrigatoriedade do ensino primário (1881), a escola se torna a instituição que melhor difunde o patriotismo nacional, pois é lá que se aprende a língua, que se conhece as fronteiras e que os símbolos nacionais como a bandeira e o hino são apresentados. No contexto geral, toda escola e o sistema de ensino tem grande participação para a formação de cada indivíduo preocupado com o Estado. Mas duas ciências: a História e a Geografia têm um papel singular. A primeira tem/tinha como função vangloriar os heróis nacionais e a segunda a função de conhecimento do território e dos símbolos da nação.

Percebe-se que a Geografia sempre esteve ligado diretamente ao Estado. Seja como um saber estratégico de uso militar ou como um saber “desinteressado” que no seu cerne tem como função máxima elevar o nacionalismo patriótico.

Dessa maneira, esse é um quadro que se apresentava na formação e consolidação da Geografia enquanto ciência. No entanto, depois da metade do século XX há uma reformulação da ciência geográfica com o advento da Geografia Crítica. Entretanto, essa ciência não serve mais ao Estado? O papel dela mudou? Tentaremos responder, ou ao menos refletir sobre essas questões e para isso temos que nos ater a um conceito fundamental, o de cidadania.

² Não vamos entrar aqui na polêmica: Determinismo (Ratzel) X Possibilismo (La Blache). Polêmica imposta por FEBVRE (1955). Também entendemos que já está superada essa contradição, para isso basta ver as obras de autores como CARVALHO (1997) e HAESBART (1999).

O conceito de cidadania e seus equívocos

A discussão do conceito de cidadania é importante para entendermos a função da Geografia hoje. Por isso temos que entender qual o seu significado e alguns de seus equívocos. Tentarei aqui expor rapidamente um pouco sobre a face oculta da cidadania e assim argumentar qual é a relação atual dela com a Geografia e mais precisamente com o ensino de Geografia.

Ser cidadão é grosso modo aquele que exerce seus direitos e cumpre com seus deveres. Os direitos podem ser divididos em: civis referentes a liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento, de religião, entre outros; o direito político é aquele de votar e ser votado, e também; o direito social, aquele de acesso a educação, a saúde a habitação. Já os deveres são aqueles para com o Estado e os outros cidadãos; ou seja, pagar seus impostos, não depredar os espaços públicos e respeitar o espaço das outras pessoas.

Ser cidadão então é se relacionar com o Estado e mais precisamente aceitar as imposições deste ente. Pois só assim se tem uma cidadania ativa, como salienta Manzini-Couvre,

Não pode haver cidadania se não houver salário condigno para a grande maioria da população. O trabalhador, enquanto mercadoria, deve lutar para obter certa equivalência na troca estabelecida com o capitalismo e o Estado. É preciso que ele tenha acesso aos bens que completam sua vida (habitação, saúde, educação) e que compõem os chamados direitos sociais. Mas, antes, é necessário que os trabalhadores tenham direito, e que existam mínimas condições democráticas para reivindicar o seu direito de ser cidadão e de enquanto tal, poder batalhar, por quaisquer direitos. (1991, p. 37)

Nesse caso, a cidadania é uma arma reivindicatória do indivíduo para com o Estado. Ou seja, uma cidadania ativa é uma relação constante com o ente governante que lhe proporciona todos os direitos e em contrapartida exige que você cumpra todos seus deveres. Essa relação se dá em um nível, ou em apenas uma camada da sociedade. Explorarei mais essa idéia adiante.

Hoje, a cidadania é um elemento essencial de análise. Muitos autores a defendem como a única forma de intervenção social. Seria a partir dela que se vislumbriaria uma reformulação social. Assim para entender e intervir em determinados espaços somente uma conscientização do indivíduo e a sua prática como cidadão ativo da sociedade. É o que propõe Cavalcanti, que engloba o ensino de Geografia e a prática da cidadania ativa para entender a cidade.

A prática da cidadania inclui a competência para se fazer a leitura da cidade. Ser cidadão é exercer o direito de morar, de produzir e de circular na cidade; é exercer o direito a criar seu direito à cidade é cumprir o dever de garantir o direito coletivo à cidade. A idéia de cidadania ativa esta ligada ao pensamento crítico sobre os tipos de direitos mais convencionais ao pensamento que busca a incorporação de direitos ligados mais a grupos humanos que indivíduos (CAVALCANTI, 2001, p. 23)

No entanto, esse conceito que parece à primeira vista tão prático e revolucionário, é na verdade limitado. Primeiro por que ele é um conceito que se relaciona com Estado, e como salienta Viana (2003, p. 13) “O estado é a principal forma de regularização das relações sociais nas sociedades de classes. Para a compreensão de uma sociedade concreta é necessário analisar tal instituição.” Além de ser regularizador das relações sociais o Estado também representa uma classe, que não é a maioria da população. A classe que o controla é uma minoria, mas que controla os meios de

produção e, por conseguinte dominam as relações de produção. Portanto, o Estado na sua forma atual é burguês e as relações que os indivíduos possuem com esse ente se dão na forma de privilegiar essa classe.

O indivíduo cidadão é aquele que se relaciona com o Estado, e o Estado representa uma determinada classe da sociedade. Então, podemos ver algumas contradições nessa atuação do cidadão na sociedade, pois, somente uma parcela da população tem uma plena relação com essa instituição. Por isso, somente uma pequena parte da população pode exercer os seus direitos, assim todos têm que cumprir com seus deveres.

Concordamos com Viana quando coloca,

O cidadão é um ser abstrato criado pelo direito. Se a lei diz que “todos os homens são iguais perante a lei”, a realidade diz: “os seres humanos são desiguais perante a sociedade”, devido à divisão social do trabalho. A desigualdade real existente entre os homens é substituída por uma fictícia igualdade “perante a sociedade”. (2003, p. 68)

Para esclarecer melhor, é só observarmos quem realmente exerce os direitos do cidadão. Primeiro o direito civil: quem é livre para ir e vir e possui liberdade? Podemos garantir que não é o trabalhador, que o único direito que possui é de ir ao trabalho e servir ao patrão, que cerceia sua liberdade e impõe as condições do mercado. Segundo, o direito político: todos realmente podem se candidatar a um cargo público? Para qualquer pessoa se candidatar tem que se enquadrar em diretrizes de determinados partidos e os partidos tem que atender a legislação do Estado, ou seja, somente as pessoas que aceitam essa realidade podem futuramente ser um “representante” do povo. Por último os direitos sociais: quais são as pessoas que possuem direito a educação, saúde e habitação? São aqueles que podem pagar por eles, ou seja, um pequeno grupo social. Porém, todos nós temos o dever para com o Estado, principalmente de pagar os impostos. Conclui-se, portanto, que não há cidadania para todos.

Mesmo com essa limitação a cidadania é o termo que mais está na moda. Todos os segmentos a defendem com igual força, desde órgãos públicos, dos movimentos sociais contemporâneos até a grande imprensa e a escola. Mas a grande difusão desse conceito parte da educação e, principalmente, de algumas disciplinas ensinadas na escola, como a Geografia.

A nova/velha função da Geografia: servir ao Estado

Como já vimos, historicamente, a Geografia tem uma relação estreita com o Estado. No entanto, essa relação muda com o passar do tempo. Aqueles argumentos que legitimaram a unificação alemã e justificaram o expansionismo francês foram veementemente criticados. Mas toda essa crítica pôs fim a uma relação de servidão da ciência geográfica com relação ao Estado? Alguns autores chegam a afirmar que a Geografia escolar já não é tão necessária ao Estado quando fora na difusão do nacionalismo patriótico anteriormente. Temos até uma diminuição da carga horária dessa disciplina na França, como expõe Lacoste (1995, p. 46) “Com a crise das disciplinas de história e Geografia na década de 1970 o poder público francês reduz a carga horária dessas disciplinas, pois, para o poder o ensino de história e Geografia não serve mais para nada”.

Acreditamos que hoje o papel da ciência geográfica mudou profundamente. Porém a sua relação com o Estado ainda continua pouco alterada. O saber estratégico de conhecimento do território e dos recursos naturais e a interpretação do espaço para o

planejamento modificou-se pouco ou quase nada. A mudança mais significativa que entendemos é epistemológica. Também, no ensino, aquela visão de descrição e apologia do Estado-Nação hoje é em parte superada.

A função cada vez mais da Geografia escolar é formar o cidadão. É o que coloca Vlach (2005), quando se refere a uma sociedade mundial e o papel da Geografia. “Nesse sentido, o papel do ensino de Geografia, principalmente nos níveis médio, é o articular o local, o regional, o nacional e o mundial, para formar um cidadão ativo, local e mundialmente, apto a enfrentar os desafios atuais” (p. 35).

Também Cavalcanti, ao abordar o ensino da cidade, nos coloca que, “A escola é uma instância de formação da cidadania. A escola através do ensino de Geografia, pode ser um lugar de encontro e confronto entre as diferentes forma de concepção e prática da cidade”. (2001, p. 23)

Como podemos notar há certa difusão para que a Geografia seja uma disciplina escolar preocupada com a cidadania, pois é através dela que se poderá reformar a sociedade. Dizer isso é colocar a culpa no indivíduo – e principalmente naquele que não exerce a cidadania, não porque não queira, mas porque não é permitido – pelas mazelas da sociedade, o que é um equívoco.

Mas essa é uma difusão da cidadania enquanto categoria de análise que está profundamente ligada as políticas adotadas pelo Estado, como se pode observar pela Política Nacional do Livro Didático – PNLD. Em que, no seu guia de livro didático esclarece ao professor que ao adotar o seu livro leve em consideração:

Ao fazer sua escolha, é importante estar atento para que a coleção possa auxiliar o aluno na obtenção de conhecimento geográfico que:

- propicie o entendimento das relações sociedade e natureza, de suas dinâmicas e processos;
- possibilite o estabelecimento de relações entre o que acontece no seu cotidiano e os fenômenos estudados, considerando os conceitos básicos da Geografia e as linguagens que lhe são próprias;
- contribua para o desenvolvimento de hábitos e atitudes que favoreçam a construção da **cidadania**, por meio do estímulo à compreensão e à aceitação da diversidade cultural e étnica. (PNLD, 2007, p. 09 – destaque meu)

Como salientamos anteriormente ser cidadão é se relacionar com o Estado e aceitar suas normas. Por isso, difundir essa cidadania e servir a ele. A Geografia como disciplina que se preocupa com a organização da sociedade no espaço deve discutir mais profundamente esse conceito.

Percebemos que mudou o foco, mas não a essência. A Geografia continua servir ao Estado ao propagar a cidadania enquanto conceito reformista burguês. Muda-se a conjuntura, muda-se a lógica, mas a essência, para trazer uma categoria marxista, continua igual.

Conclusão

Cidadania e Geografia são termos que estão bem próximos. A Geografia enquanto disciplina escolar difunde a cidadania, mas ser cidadão atualmente é se relacionar com o Estado e esse é um regulador das relações sociais que representa uma classe. Ou seja, quando a ciência geográfica defender a cidadania, está ao mesmo tempo defendendo o Estado enquanto agente capaz de reformular a sociedade. O que é falacioso e incoerente.

Essa ainda é uma discussão que deve ser aprofundada e não é a intenção esgotá-

la aqui. É apenas mais uma contribuição para o debate, que pensamos ser ainda intenso dentro e fora da Geografia.

Referências Bibliográficas

- BRASIL, Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2008: Geografia**. Brasília : MEC, 2007.
- CAVALCANTI, Lana (org). **Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- CARVALHO, Marcos Bernardino de. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona, n. 25, 23 de abril de 1997.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Centauro, 2002.
- FEBVRE, Lucian. La Tierra y la evolucion humana: introducion geografica a la historia. Tradução à edição espanhola. Luis Pericot Garcia. México: Union tipográfica editorial histano americana, 1955.
- HAESBAERT, Rogério. Nossos clássicos: Paul Vidal De La Blache. **Revista Geographia: Niterói**, ano 1, n. 1, 1999.
- LACOSTE, Yves. Liquidar a Geografia... liquidar a idéia nacional? In: VESSENTINI, José William (org.) **Geografia e ensino: textos críticos**. 4. ed. Campinas-SP: Papirus, 1995.
- _____. **A Geografia – isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. Trad. Maria Cecília França. 3. ed. Campinas-SP: Papirus, 1993
- MANZINI-COUVRE. Maria de Lurdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991
- MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia: pequena história crítica**. 5. ed. São Paulo Hucitec, 1986
- MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- VLACH, Vânia Rubia Farias. Entre a idéia de território e a lógica da rede: desafios para o ensino de Geografia. **Revista Terra livre: Goiânia**, ano 21, v. 1, n. 24, p. 29-41, jan-jul/2005.
- VIANA, Nildo. **Estado, Democracia e Cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

Weder David de Freitas

Geógrafo.

Mestrando em Geografia - UFPR.

wederfreitas@yahoo.com.br